



Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 06 DE AGOSTO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1975

(QUARTA - FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Dácio Leonel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortés e Muggiati Filho. (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Fuad Nacli, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini e Lázaro Dumont. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

OFÍCIOS:

Sob os nºs 152 e 153/75, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

27/75

Oriundo de Mensagem Governamental sob nº 15/75, que objetiva prorrogar até 30/05/77, os efeitos da Lei nº 6547 de 06/07/74, o qual convertido em Lei tomou o número 6.677.— **Agradeça-se.**

34/74

Do Sr. Deputado DAVID FEDERMANN, que autoriza o Poder Executivo doar a Cooperativa Mista dos Ruralistas, de Ponta Grossa Ltda., Maquinários e Instrumentos agrícola, o qual convertido em Lei tomou o número 6.690.— **Agradeça-se.**

Sob o nº 151 e 132/75, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os projetos de Lei nºs:

53/74

Do Sr. ex-Deputado ARYZONE ARAÚJO, que visa criar um regime de Fundação Estadual, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Francisco Beltrão. — **À C.C.J.** —

172-74

Do Sr. Deputado IVO THOMAZONI, que objetiva obrigar os autores, editores e impressores que publiquem obras no Estado do Paraná, a remeterem dois (2) exemplares dessas obras à Biblioteca do Estado do Paraná, quer sejam livros, folhetos, revistas, jornais, mapas ou plantas. — **À C.C.J.** —

Sob o nº 678/75, do Sr. JOSÉ DUTRA, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, Requerimento 323, de autoria do Sr. Deputado José Belo Ferreira, que tramita no Congresso Nacional, Projeto de Lei oriundo da Presidência da República, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, necessário se faz que o benefício concedido pelo Governo aos servidores federais, atinja também, os barnabés estaduais e municipais, na mesma amplitude. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 120/74.

— de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 68/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer voto de pesar pelo falecimento da Sra. CASTORINA CÂNDIDA DA COSTA LIMA, ocorrido no dia 26 de julho do corrente ano, no Estado do Rio de Janeiro. Contava na oportunidade, com 82 anos de idade.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1975.

a) **VALTER PIETRÂNGELO.**

JUSTIFICATIVA:

A Sra. CASTORINA CÂNDIDA DA COSTA LIMA, merece amplamente a reverência desta Casa, porque, além de possuir extraordinárias qualidades morais e espirituais, havendo dedicado-se com amor de dinamismo ao trabalho de amparo aos menos assistidos pela sorte, e mãe do conceituado e nobre companheiro o compositor Sebastião Lima, residente e domiciliado nesta Capital.

O compositor Sebastião Lima, radicado no Paraná há 23 anos, é autor de quase todos os hinos dos Clubes de Futebol de nosso Estado. Já compôs em torno de duzentos hinos oficiais de municípios paranaenses. É autor de músicas populares, consagradas, o autor dos hinos do — Recruta da Polícia Militar, do Vereador Brasileiro e da Professora. É compositor de quase todos os jingles políticos do Paraná, um cidadão de bem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no exercício das lideranças da ARENA e MDB, indicam os Srs. Deputados EZEQUIAS LOSSO, ACCIOLY NETO e FIDELCINO TOLENTINO, para comporem a Comissão Especial que estudará os Projetos de Lei relativos ao Código Penal, Civil, de Processo Penal e Lei de Contravenções Penais, ora em trâmite na Câmara dos Deputados, para oferecer sugestões em nome desta Casa.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1975.

aa) **DÁCIO LEONEL — ARENA**

TRAJANO BASTOS — MDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, ouvido o plenário, solicita o envio de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a necessidade da ligação Bairro Alto (Usina Hidrelétrica Gov. Parigot de Souza) a S. Sebastião, na BR-116, no município de Antonina.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

Quando o Governo do Estado procura manifestar sua preocupação pelos municípios do Litoral e do Vale da Ribeira, nada mais oportuno que o estabelecimento da ligação rodoviária Bairro Alto - S. Sebastião. Antonina teria acesso à Rodovia Federal BR-116, que atravessa o seu município, fazendo a integração da localidade de S. Sebastião e servindo como ligação direta entre o Litoral e o Vale da Ribeira.

Esta ligação rodoviária vem sendo pretendida desde 1958, e já chegou a figurar no plano de obras de governos anteriores, através do D.A.T.M.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembléia, o artigo publicado pelo jornal "O Estado do Paraná", do dia 04 de julho p. passado, sob o título "Outro Porto".

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1975.

a) ADALBERTO DAROS.

JUSTIFICATIVA:

No exercício do mandato de Deputado Estadual, temos nos preocupado constantemente com a situação do Porto de Antonina e os reflexos sociais que a sua paralização tem causado ao município e ao povo antoninense.

Daí a oportunidade da nossa solicitação, pois o artigo "Outro Porto" do Jornal "O Estado do Paraná", in voca de maneira objetiva o problema.

Outrossim, solicitamos, sejam enviadas cópias do referido artigo aos Srs. Senadores e Deputados Federais de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o plenário, seja dirigido apelo ao Sr. Dr. Luiz Gonzaga Pinto, DD. Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, no sentido de dar maior publicidade e incentivo ao turismo, às Grutas de Campinhos e à Ilha das Cobras, no município de Bocaiúva do Sul e na Baía de Paranaguá.

1. PARQUE ESTADUAL DE CAMPINHOS - Grutas de Campinhos.

Tem possibilidade de constar no roteiro obrigatório de visitação turística. Trata-se de grutas formadas por estalactites e estalagmites de rara beleza. A localidade está a 70 quilômetros de Curitiba, à margem esquerda da antiga rodovia da Ribeira (BR-476). É de fácil acesso; apenas um trecho de três km separa as grutas da estrada principal. Os deslumbrantes meandros da natureza, esculpidos na rocha em estalactites e estalagmites - projetam-se da abóbada e do solo, em formas bizarras, desenhando-se em colunatas e delicadas figuras, dentre uma luminosidade surpreendente.

A maior das três grutas é a dos "Jesuítas", com 750 metros de extensão. Contém ainda o reduto belos gramados e bem cuidadas matas, num convite ao passeio e ao repouso. Conta ainda com estacionamento de automóveis. Guardas policiam o local.

2. ILHA DAS COBRAS -

Uma das mais belas do litoral paranaense, próximo da cidade de Paranaguá, na baía do mesmo nome.

De fácil acesso, possui um belo e bem conservado trapiche para embarque e desembarque de passageiros, que lá terão, a sua disposição, se assim o quiserem, um bem humorado guia, que discorrerá sobre a história da ilha. Circundada por águas claras, possibilita aos visitantes logradouros e enseadas, servindo tanto ao repouso e piquiniques, pesca, pesca submarina, quanto a um estimulante banho de mar. Possui ainda acomodações em perfeito estado de conservação.

A Ilha das Cobras, seu contorno acidentado e trilhas cuidadosamente delineadas na mata exuberante, apresenta nos seus contrastes um refúgio a quem queira reunir, no contato com a natureza, a simplicidade do natural ao conforto, indispensável ao homem civilizado.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1975.

a) PAULO CAMARGO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer seja enviado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que determine estudos visando a instalação de uma agência, na sede do município de Cruz Machado.

A exemplo da inauguração de agências bancárias nos municípios de Antonina, Piraquara, Ribeirão Claro, Carlópolis e São Miguel do Iguaçu, a cidade de Cruz Machado é ainda um dos municípios com maior número de aposentados na zona rural.

Cruz Machado, apresenta vida urbana desenvolvida e alta densidade econômica, está acompanhando o ritmo na dinâmica do processo do desenvolvimento do Estado.

Possuindo expressa atividade bancária, está de modo evidente, a exigir tal instalação, cujo atendimento notadamente eficaz, daria condições para uma mobilidade de ação muito maior elevando, desta forma, volume das diversas operações, e, sobretudo, motivando o empresariado local.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado através do Sr. Governador do Estado, apelo ao Diretor-Presidente da COPEL, no sentido de ser instalada a rede de energia elétrica na localidade de Rosário, no município de Grandes Rios.

Tal solicitação se faz tendo em vista que a referida localidade vem apresentando um surto de crescimento dos mais acentuados naquela região, contando, atualmente, com uma população de aproximadamente 10.000 habitantes.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, vem respeitosamente requerer a V. Exa., se digne determinar seja retirado da pauta o requerimento apresentado em 05 do corrente, cuja súmula é a seguinte:

"Requer remessa de ofício ao Sr. Coordenador do INPS do Paraná, solicitando providências para a construção da sede própria da agência do Instituto de Cascavel, e outras medidas".

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no Plano de Estradas Vicinais do Estado a ligação entre Toledo e Céu Azul, via São Pedro e Vera Cruz do Oeste, alcançando a rodovia que leva a Itaipu, em Foz do Iguaçu.

JUSTIFICATIVA:

Como sabemos, Toledo é a segunda cidade da região Oeste do Estado; cidade de grande produção de rami, trigo e soja, este, marcante na economia nacional, carreando divisas para o Brasil, pelos corredores de exportação.

Com o advento da Usina Itaipu, a maior do nosso Continente, surge a necessidade de ligar os municípios vizinhos de Foz do Iguaçu, àquela Usina.

Assim sendo, urge que se inclua no Plano de Estradas Vicinais, a ligação entre Toledo e Céu Azul, via São Pedro e Vera Cruz do Oeste, chegando até a rodovia que leva a Foz do Iguaçu, pois esta ligação além de unir tais municípios e Itaipu, dará atendimento ao escoamento da produção daquela região.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação do presente.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A última fala presidencial está provocando uma desusada euforia junto às pessoas responsáveis deste País, quer no setor público, quer no particular.

Usando linguagem clara e objetiva, o Presidente Geisel, transmitiu ao povo brasileiro uma mensagem de tranquilidade e confiança no destino de nossa Pátria.

Para tanto, evidenciou o firme propósito do Governo em conduzir a Nação, com todos os poderes excepcionais a seu alcance.

Essa sólida posição governamental, temos certeza, unirá cada vez mais o povo brasileiro no combate a toda espécie de ação contrária aos seus interesses e manterá incólume o ritmo de nosso desenvolvimento.

Ela se torna oportuna, haja visto a situação tumultuosa por que atravessam várias nações do mundo, inclusive do nosso hemisfério.

Em síntese, o Presidente Geisel conclama a Nação para um trabalho honesto, laborioso, tranquilo e firme, tão necessário para alcançar o programado desenvolvimento do Brasil.

Essa é a única filosofia capaz de manter a nossa nação livre e soberana, com o repúdio natural de interferências insólitas e impatrióticas.

Nós apoiamos, integralmente, às diretrizes expostas por S. Exa. e colaboramos, com todo ardor, na batalha decisiva em prol do nosso desenvolvimento.

Não é de se medir esforços no uso de todos os meios disponíveis, por mais especiais que sejam, nessa caminhada vital para o País, que já não pode mais aceitar, nem de leve, a hipótese do retrocesso a um passado inglório.

Aliás, a dignidade de nossa gente, conquistada pela sua admirável e notória formação cristã, não concebe a absurda idéia de descontinuidade de tão importante e consolidador trabalho.

E E, por isso, apelamos a todos os nossos conterrâneos, no sentido de se unirem ao nosso ínclito Presidente Ernesto Geisel, imbuídos dos mais sadios propósitos, a fim de, juntos,

conduzirmos o Brasil à meta desenvolvimentista tão sabiamente preconizado, e alcançar assim, a passos largos, a nossa independência política e econômica e a solução de todos os problemas sociais de nosso povo".

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É impressionando a força e o poder do Poder. Hoje vimos, através do Canal 4, no programa jornalístico "Jogo Aberto", um Deputado desta Casa, um Deputado que lançou o episódio de tamanha envergadura que conseguiu movimentar os dispositivos monumentais da Televisão do Paraná, simplesmente em troca da degola de um funcionário público deste Estado, com 18 anos de serviço público, e que ganha 700 cruzeiros antigos. Mas o que nos encabulou sobre a força do poder, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a carta de fidelidade funcional daquele homem perseguido por esta força do poder, que deu conhecimento ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar deste Estado, que acabou a esdrúxula Portaria 217/73, se não me engano, ato que o transferiu da sua localidade de trabalho, arrancando-o de sua unidade sanitária que só existia lá como funcionário para atender uma população de quase 40 mil habitantes, e levando para um outro município, a distância de quase cem quilômetros, para uma unidade que além de ter três funcionários, a população não corresponde à necessidade de ter mais um.

Mas é a força do Poder, é o poder da força do Poder, que movimenta seus dispositivos para buscar a verdade. Para fazer com que o povo creia, que a verdade dita aqui pela voz do povo, pela representação do seu partido, os seus integrantes que não estão faltando com a verdade.

Mas nós continuaremos, Sr. Presidente, este Poder com todas as forças, terá que ser combatido em todos os seus erros, principalmente nas oportunidades em que erros sejam cometidos como o foi contra Norisval Mendes Ferreira, funcionário deste Estado, homem digno, cidadão honrado, grande chefe de família, que foi punido simplesmente porque saiu do partido do Governo e ingressou na bandeira do MDB.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós sabemos que a nossa verdade, naturalmente terá que permanecer entre estas quatro paredes. Os dispositivos de televisão, dificilmente serão postos...

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem).

Sr. Presidente, apenas para dizer a V. Exa. que o orador deverá se pronunciar de acordo com o Art. 151.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa apela ao nobre orador que mantenha o nível parlamentar, de acordo com o Art. 151.

O SR. LÚCIO MACHADO — Tenho certeza, Sr. Presidente, que a minha voz pode ter sido levantada acima do nível prescrito, mas as minhas palavras enquadram-se perfeitamente no nível parlamentar.

Estou fazendo acusações, é verdade, mas em termos respeitosos, levando para estas acusações, as verdades que terão que ser ditas e quantas e tantas vezes forem necessárias.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quer nos parecer que, havendo já um traçado e uma rodovia com revestimento primário, não seria difícil promover sua pavimentação o que em termos econômicos suscita maior validade e praticabilidade que a perspectiva anterior.

Na realidade, é muito oportuna a pavimentação do trecho Pirai do Sul - Curitiba, numa extensão de 114 quilômetros que além de promover um encurtamento de 26 quilômetros ao trajeto Melo Peixoto - Curitiba, proporcionará maior fluidez ao

tráfego de veículos oriundos do Norte Pioneiro, evitando-se o trecho Ponta Grossa - Curitiba.

Srs. Deputados, temos aqui, de nossa tribuna, sugerido equações técnicas aproveitáveis para o problema de congestionamento do tráfego na BR-277, no funil Ponta Grossa - Curitiba. Sugestões insesíveis à problemática, e embora propale vencida a era dos projetos sofisticados, não parece muito disposto a aceitar soluções mais econômicas aos nossos problemas viários.

O DER parece, entrou numa fase de endurecimento de sua engrenagem, caminhando a passo de tartaruga, enquanto perspectivas notáveis permanecem sem ao menos um estudo, para não se dizer sem projetos.

Mas, reafirmamos aqui nosso apelo, no sentido de que sejam estudadas as reivindicações do Norte Pioneiro, principalmente no que se refere à pavimentação do trecho Pirai do Sul - Curitiba, da estrada do Cerne.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, quarto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Peço permissão para me dirigir também aos Srs. Jornalistas que, nesta Casa, fazem a cobertura dos trabalhos legislativos, e que têm recebido uma deferência especial, porque, daqui desta mesma tribuna, muitas vezes, discursos são dirigidos somente à imprensa, porque a atenção da Casa está voltada para assuntos talvez considerados mais sérios; assuntos que talvez não digam respeito ao Paraná e sim aos interesses individuais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, no momento que, desta tribuna, se defende um Executivo forte, parece que tudo está perdido.

No momento em que se defende, desta tribuna, o amordaçamento do Poder Legislativo, em que se defende - repito, o Executivo forte, parece que tudo está perdido. Deputados não querem reconhecer o trabalho do Legislativo. E é neste momento que resolvi, dentro do Pequeno Expediente, dizer que no primeiro semestre esta Casa fez bastante; brigou bastante, e houve, diga-se de passagem, resultados positivos.

Os jornais publicam que os diretores do Banco do Estado do Paraná, e da Copel, não mais irão receber suas comissões no fim do ano, cortaram-nas simplesmente.

Creio que as comissões pagas antigamente não eram legais, ou pelo menos, não eram morais, pois agora foram banidas.

Uma campanha política fez com que nosso colono segurasse o soja em sua casa e sem aquele ufanismo brasileiro tão típico, mas a verdade é que os estrangeiros se curvaram, e hoje, o soja está a 80, 82 cruzeiros, graças a uma campanha política.

Srs. Deputados, desta tribuna, foi solicitado e foi dito que era ilegal e inconstitucional, a fiscalização pelos Tribunais de Contas, das contas das autarquias.

Está aí o resultado, a soma de todas as Assembléias Legislativas, do Congresso Nacional, que levaram ao ato que vai nos dar a prestação de contas, aqui no Paraná, de mais de 75 por cento do dinheiro movimentado pelo Governo.

Muita coisa de errado está por aí. Não conseguimos saber ainda onde está o planejamento do Governador Emílio Gomes. Uns dizem que está numa luxuosa encardenação que ficou no Palácio Iguaçu; e que uma firma de planejamento teria recebido vultosa importância por um planejamento que não foi posto em execução.

Desta tribuna, foi prometido aos Srs. Deputados, que teríamos acesso ao chamado Objetivos e Metas de Desenvolvimento.

Parece, no entanto, que passado mais de um mês da divulgação desse documento, ele teve o mesmo fim daquele do Governador passado. Não conhecemos, não sabemos o que se quer neste Paraná, infelizmente esses são os resultados negativos.

Vemos o desprestígio desta Casa, quando não se responde

a pedidos de informação formulados desta Casa pelos Deputados.

Por isso, Srs. Deputados, no total, acho que ainda vale a pena o 1º semestre. Valeu a pena, por ainda pudermos falar, pudemos mostrar que alguma coisa está errada. O Estatuto do Magistério não sai, alegam alguns, porque não já verba, não haveria verba para pagar os professores no Estado. O aumento do funcionalismo público não sai, porque o Paraná passa por uma crise. Cortam-se verbas em todas as repartições públicas, se alegando de que há necessidade de contenção de despesas. Vai até, e elogiável, a economia de gasolina, se aposentando os velhos Galaxies.

Mas eu pergunto e está aqui na "Voz do Paraná", desta semana, o seguinte: (Lendo):

"A opinião pública estava errada?" O que o povo do Paraná pensa do seu Governador. Com a palavra o IBOPE. Segundo certidão publicada no Diário Oficial, mês passado o chefe da Casa Civil Armando Queiroz de Moraes, representando o Governador Jayme Canet Junior e o publicitário Arnaldo Del Monte, em nome da empresa Ibope - Exato imparcial, assinaram contrato a fim de saber qual o "comportamento, atitudes e opiniões" do Paraná em "relação a fatos e questões administrativas".

"Eufemismo à parte, o Ibope - Exato Imparcial (nome completo do conhecido instituto), por 200 mil cruzeiros, vai avaliar a imagem do Governador junto à opinião pública." 200 mil cruzeiros para saber se o povo está ou não gostando do atual Governador. Tem mais ainda:

"Segundo o contrato, serão distribuídos 1500 questionários às mais variadas classes e camadas de classe, a fim que de em 25 dias, seja possível obter um perfil mais próximo da realidade da opinião sobre o governo estadual.

"Segundo a "Voz do Paraná" divulgou meses atrás o, Governo do Estado, 30 dias depois de empossado, encomendou pesquisa semelhante, e os resultados não foram nada favoráveis. A partir disso, o Palácio Iguaçu montou uma verdadeira "assessoria de imagem", a fim de retificar o equívoco da opinião pública".

O SR. PRESIDENTE - A Mesa avisa V. Exa. que o seu tempo está estodado, concedendo mais 1 minuto para V. Exa. terminar a sua oração.

O SR. DENI SCHWARTZ - Obrigado, Sr. Presidente.

Não há necessidade de se gastar 200 mil cruzeiros para se saber a opinião sobre o Governador. Há necessidade, sim, desta Casa saber o que o Governador faz fazer. Precisamos saber para participar da vida e do desenvolvimento do Estado.

Eram estas as palavras que, neste dia, resolvi trazer à Casa, quando desta tribuna se pede o amordaçamento do Legislativo pátrio. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quinto orador, Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna, nesta tarde, é assunto do mais alto interesse do Paraná. Fomos informados de que a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, hoje Secretaria das Finanças, não vem dando cumprimento ao artigo 4º da Lei nº 4599 que determina a Secretaria de Finanças depositar em favor do Fundo Estadual de Educação, mensalmente, um duodécimo de 3 por cento do valor do ICM. Se isso for verdade, estaria a FUNDEPAR proibida de fazer face aos compromissos através de convênios assinados com os municípios do Paraná, pela falta de recebimento dessa verba que o Fundo tem direito por lei.

Num recente encontro de prefeitos, realizado na cidade de Campo Mourão, esse assunto foi trazido a público e nós, como Deputados pretendemos que o Estado se manifeste oficialmente sobre o assunto.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos o seguinte Pedido de Informações. (Lê):

"Requerimento.

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças do Estado do Paraná, o seguinte pedido de informações:

1 — Qual o montante depositado pela Secretaria das Finanças a crédito da Fundação Educacional do Paraná, — FUNDEPAR, na conta "Fundo Estadual de Ensino", até 30 de julho de 1975?

2 — Quais as datas em que foram efetuados os depósitos e qual o valor de cada parcela?

3 — Qual o montante das contribuições oriundas da União, recebidas pela Secretaria das Finanças, em favor do Fundo Estadual de Ensino, até 30 de julho de 1975?

4 — Quais as datas que a Secretaria das Finanças efetuou esses depósitos à conta do Fundo Estadual de Ensino?

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 1975".

Sr. Presidente, é um assunto da mais alta seriedade porque se o Estado não estiver dando cumprimento a uma determinação legal, está incurso inclusive na lei que determina responsabilidade do Executivo. Desta forma, vem proibindo que a FUNDEPAR dê andamento ou dê cumprimento aos convênios assinados, os municípios do Paraná. Muitos municípios já depositaram a sua parcela para que o convênio seja concretizado e a FUNDEPAR se vê proibida, cerceada de dar cumprimento a esse convênio que o Estado não estaria cumprindo com os dispositivos legais.

Nestas condições é que encaminhamos este requerimento, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário das Finanças as informações que acabamos de ler. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar no Grande Expediente ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente as nossas saudações e a nossa alegria em voltar, depois do recesso, ao convívio dos demais pares desta Casa.

Durante esse aludido recesso conhecimento tomamos de que tramita nesta Casa um projeto de Lei, pelo qual se pretende disciplinar uma matéria relativa ao funcionalismo público do Estado.

Para nós trata-se de um projeto que pretende legislar "bis in idem" sobre a questão da gratificação pela prestação de serviços extraordinários e das vantagens que o funcionalismo público havia de levar quando em gozo de férias.

Em que pese a nobre intenção do parlamentar que propôs a medida, nós entendemos que o caso já está disciplinado no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado e ela está devidamente inserida na Lei 6174 de 16 de novembro de 1970, de maneira inofismável, no nosso entender. E esta matéria, observado o que se dispõe no artigo 151, 169-II e 172-II me parece que, havendo o entrosamento destes artigos não há mais o que legislar sobre o caso. Por exemplo: o artigo 151 diz que durante as férias o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício; se tem direito às vantagens, poderíamos observar o capítulo 8º do mesmo Estatuto, que no seu artigo 169, inciso II, diz: "Além do vencimento ou remuneração, poderá o funcionário receber as seguintes vantagens pecuniárias — número I — ... , nº II — Gratificações.

As gratificações por sua vez inseridas no artigo 172, e seu inciso 2 do mesmo capítulo, diz: "Considerar-se-á gratificação: Inciso II — pela prestação de serviços extraordinários.

Ora, se um artigo fala das gratificações a outro artigo dos serviços extraordinários e que tem ele, funcionário, direito de perceber essas remuneração pela Lei 6174, não vemos porque haver nova disciplina deste instituto que se pretende legislar, se a

prestação de serviços extraordinários ou a gratificação definida pelo texto legal está já devidamente outorgada, devidamente consignada e legislada, entendemos que, legislar novamente seria reconhecer que as nossas leis não têm validade, ou então, a que se pretende adotar tem um efeito puramente demagógico.

Peço vênias, até desconheço qual foi o nobre Deputado que entrou com a matéria, mas eu prefiro ficar apenas no mérito da questão, porque nem seria cabível se falar a respeito da intenção secundária do autor. Mas então as gratificações estão compreendidas entre as vantagens previstas no Estatuto. Nada mais resta ser discutido sobre ela, se o artigo 151 é claro e assevera que durante as férias o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício, isto é, serviços extraordinários e também as gratificações.

Existe pensamento divergente e eu acredito que, naturalmente, na discussão deste projeto vai se levantar e nós mesmos faremos isto. Vai se levantar a questão da constitucionalidade ou não, mas, preliminarmente, devem ser observados estes dispositivos estatutários. Não vejo porque a nova edição para regulamentar uma matéria que já existe. É preciso, isto sim, que Sua Excelência o Sr. Governador faça cumprir o Estatuto e determine ao organismo, à Secretaria competente que os funcionários públicos no gozo dessas vantagens e extraordinários, ou seja gratificação e extraordinários que ele leve também no gozo de suas férias estes direitos que já estão patenteados e legislados. Desde que haja a intenção do Governo de conceder este benefício já previsto no diploma legal ao funcionalismo público, acho ilusória a limitação do projeto desta natureza e ainda mais porque ele terá inevitavelmente que merecer parecer contrário da CCJ.

Naturalmente, por causa do proibitivo do Artigo 147, inciso 1º da Constituição.

Então, nos parece que a Comissão de Constituição e Justiça irá dar o Parecer não pela tramitação do Projeto, pela sua inconstitucionalidade e estará laborando com acerto, porque tendo em vista este proibitivo constitucional, seria evidente, mesmo que a matéria não esteja ou não estivesse regulamentada nem regulada pelo Estatuto dos Funcionários Públicos. Seria evidente isto. Mas, o que me traz a esta tribuna é este constrangimento porque se a matéria já está regulada, disciplinada e legislada, não se precisa mais falar sobre ela, visto que S. Exa. deve é executar o seu texto legal sob pena de que, quando se tiver que fazer, executar uma Lei que está já em vigor, se deve editar uma outra para que aquela primeira entre em vigor.

Será desmerecer, desgastar, desprestigiar o próprio sistema legislativo.

Este nosso pronunciamento tem por objetivo oferecer esta contribuição a S. Exa. Aliás, a edição de leis e de decretos, de forma inconstitucional, ou de forma contrária à sistemática legislativa do País, tem se feito sentir constantemente, não só no Estado do Paraná, mas, principalmente, no Estado do Paraná.

Recentemente vim a esta tribuna para fazer uma apreciação sobre aquela matéria, relativa ao Decreto 545, de 27 de maio de 1971, se não me falha a memória.

Posteriormente, pretendemos S. Exa., e, aliás, com justiça, pretendendo incorporar ou melhorar o nível dos serviços prestados por comissionados, editou um decreto de nº 619, aliás, de nº 545. Foi o que deu aquela gratificação, ou melhoria de gratificação. Posteriormente, ele, através de sua assessoria, naturalmente inspirado na sua assessoria, procurou tornar insubsistente aquele decreto 545, pura e simplesmente.

Quando a esta forma de legislar oferecemos, naquela oportunidade, nossa posição e firmamos o ponto de vista.

Agora, depois de termos alertado S. Exa., queremos novamente declinar nosso pensamento no que tange a esta matéria.

Portanto, estamos alertando a S. Exa. que data vênias, não é preciso legislar sobre esta matéria, mais uma vez.

Desde que se pretende disciplinar a gratificação a este benefício para que o funcionário leve-o e dele usufrua durante as

férias, haverá de ser aprovado administrativamente, requerimento dos interessados, sem que a outra lei receba a chancela desta Casa. Haverá S. Exa. de não sancionar o projeto eventualmente aprovado, por causa de sua inconstitucionalidade.

Então, nos adiantando quem sabe, a esta assertiva e a esta posição, encomendamos estes esclarecimentos a S. Exa. Coloque, data vênha em vigor, o Estatuto do Funcionário que já permite a S. Exa., disciplinar que os servidores recebam os benefícios durante o período de férias quer seja, a gratificação e os serviços extraordinários, horas extras, ou seja lá o que for.

Desde que, entendido na Doutrina, como sendo vantagens, gratificações ou extraordinários, desde que seja vantagem conforme diz o Estatuto dos Funcionários Públicos, ele que determine à Secretaria de Finanças, e se conceda ao funcionário tão sofrido, tão desejoso e esperançoso, de poder ao menos galgar mais alguns passos, se aproximar desta tão desgastante, tão enfadonha matéria de vencimento, e dele possa gozar e dispor como um direito que é seu.

Era o que tínhamos a oferecer, e agradecemos as atenções.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna hoje, no Grande Expediente, apenas para informar à Casa, que devido os inúmeros pedidos que temos recebido, desde o início desta Legislatura, embora sabendo que a complexidade de uma CPI é imprevisível devido a necessidade alta de sua vontade. Mas haveremos de submeter à apreciação de nosso partido, as justificativas que compõem a manifestação nossa, de requerer talvez, a primeira CPI, desta Legislatura.

Nós sabemos como o Paraná inteiro sabe, que o lavrador paranaense, este homem desprezível, esta figura extraordinária, responsável pelo crescimento, pelo desenvolvimento e pela grandiosidade de nosso Estado e da Nação brasileira, vem, a cada ano que passa, sendo o mais abandonado, o mais esquecido, o mais onerado em seu trabalho e sendo o que menos percebe pela constância de sua atividade no amanho da terra.

Surgiram-se os sindicatos de classe, e com eles nasceu o Sindicato do Trabalhador Rural deste País.

Verificamos que com o advento deste poder representativo da classe, nascia a esperança de que o trabalhador rural, principalmente o pequeno, aquele que maneja a maior riqueza deste País que são as culturas temporárias, aquele que lava e amanha a terra de sol a sol trezentos dias por ano, iria ser representado perante o Poder através daqueles que tinham condições para representá-lo.

Nasceram as unidades representativas sindicais do trabalhador rural em quase todos os municípios do Paraná. Mas, embora à frente destes estabelecimentos sindicais estejam homens dignos e honrados, cheios de conhecimentos e revestidos da vontade de advogar os direitos do trabalhador rural as soluções destes organismos oficiais do homem de mão calejada, não apareceram até hoje.

Embora o regimento das representações sindicais determine a prestação de serviços fundamentais à sua subsistência, à defesa de seus direitos, direito de manter-se em pé, honrado e dignificado por seu trabalho, o que vemos nos sindicatos dos Trabalhadores Rurais não tem sido outra coisa senão organismos que se propõem a uma prestação de serviços, mas que parece terminam a sua missão simplesmente após a filiação de trabalhadores, com a imposição de uma taxa mensal — razoável, é verdade — mas os trabalhadores até agora nada têm recebido de trabalho de seu organismo sindical.

Esta é uma das fases de nosso requerimento, pedindo a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, pedindo para averiguar os organismos representativos do trabalhador rural de todo o Estado do Paraná.

E ainda mais, Sr. Presidente, iremos pedir nesta mesma Comissão, após a aprovação de nosso Partido, após o recebimento de mais subsídios necessários para a composição de requerimento, iremos pedir o inventário das despesas que correspondem aos juros de capitais que as fontes capitalistas bancárias aplicam ao trabalhador rural como fornecedor.

Porque sabemos que a economia mais íntima do trabalhador paranaense tem sido sufocada em grande parte, absorvida através dos juros, taxas, correção monetária, e uma série de artifícios aplicados pelos bancos e pelas unidades paralelas financeiras dos trabalhadores rurais do Paraná.

E o restrospecto mais alto de nossa denúncia retrata-se no crescimento dos bancos financiadores, principalmente o Banco do Estado do Paraná, o nosso Banco, o Banco de nosso Governo. Esse Banco, que, verificamos hoje, possui um capital astronômico, sua economia, neste decênio, cresceu extraordinariamente, de uma maneira assustadora e, porque não dizer, até aviltante. Porque esse crescimento extraordinário deveu-se principalmente ao trabalho do homem de mãos calejadas, desse homem que faz fila às portas do Banco do Brasil e do Banco do Estado, principalmente, em busca de um empréstimo para aquisição de sementes para sua terra, terra que rega com o suor de seu rosto, e com o suor do rosto de seus familiares, para produção que engrandece e assegura ao Paraná, esse crescimento extraordinário. Mas, o lavrador está cada vez mais pobre. Suas famílias estão cada vez mais famintas, e o êxodo rural está aí.

São colonos que chegam todos os dias às capitais, em busca de meios de sobrevivência para si e para seus familiares, na esperança de encontrarem um teto onde possam se abrigar até o término de seus dias.

Vemos tudo isso.

Vemos que o trabalhador produz, a terra do Senhor também produz. Vemos que o trabalhador constrói, com seu trabalho digno e com o trabalho de sua família, a grandeza desta Nação.

Mas, o que nos entristece é vermos que o homem que produz com tanto desprendimento está cada vez mais pobre, mais aviltado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, em primeiro lugar, desejo cumprimentá-lo pela beleza das palavras de V. Exa. que, realmente, emocionam a todos que as ouvem.

Gostaria apenas, nobre Deputado, para colaborar com V. Exa., dizer que estará em Curitiba, um representante do Banco Central do Brasil, possivelmente amanhã, e em contato com o Banco do Estado do Paraná, deverá repassar os recursos necessários para que aquele Banco possa financiar e refinarçar os pequenos PRODUTORES DO ESTADO DO PARANÁ.

E somos testemunhas, nobre Deputado, que ainda ontem estivemos em Maringá, juntamente com o Presidente do Banco do Estado do Paraná, e com produtores, empresários, políticos e todas as pessoas que têm interesse direto e indireto nas graves consequências das geadas que se abateram sobre o Paraná. E o Banco inclusive pretende desburocratizar-se, e irá, através de recursos próprios, irá atender a todos os agricultores do Paraná que dele tivessem necessidade. Digo isso, Sr. Deputado, para que possamos tirar um pouco dessa tinta que V. Exa. pretende dar, em termos de uma situação a pior possível.

Eu, Sr. Deputado, tenho nesta Casa, como V. Exa. é testemunha, assumido uma posição de elogiar o que deve ser elogiado, criticar o que deve ser criticado. Eu acho que, neste momento, devemos dar um voto de confiança ao nosso Banco, ao "banco de todos nós" como diz o seu "slogan", porque ele tem condições de atender o Paraná nesta emergência. O Dr. Afonso Camargo Neto foi a Londrina e outros municípios e informou que o Banco terá os recursos necessários para atender o pequeno

e médio agricultor do Paraná, tão sacrificado pelas últimas geadas.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa. que traz, acima de tudo, uma informação que estabelece um pouco de esperança ao desesperançado trabalhador do Paraná.

Mas eu falava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre um item do meu requerimento que irá pedir, através da Comissão Parlamentar de Inquérito, que deverá ser criada, a verificação dos atos extorsivos e consequentemente não de aparecer as cobranças de juros, taxas e emolumentos dos financiamentos que se fazem através dos dois principais agentes financeiros deste Estado, o Banco do Brasil e o Banco do Estado do Paraná.

O fato das geadas recentes e até mesmo das queimadas que têm ocorrido, ou que ocorreram em diversos lugares do Paraná que naturalmente serão atendidos com financiamento e refinanciamento, como V. Exa. acaba de anunciar, irão receber uma solução temporária, porque o refinanciamento se for enquadrado na mesma sistemática de aplicação dos juros e determinadas taxas, que existem dentro da escritura contábil bancária, o lavrador não esperará dois anos, mas principalmente o pequeno agricultor entregará sua propriedade ao financiador, porque as taxas desse financiamento irão dobrando a cada ano que passa, porque até agora venho observando, principalmente na minha região e especialmente no meu município, com uma área territorial de 30 mil alqueires, onde existem 1480 propriedades rurais, que é um verdadeiro celeiro de produção, principalmente feijão, e milho, nesses últimos anos a sua produção caiu a mais de 50 por cento.

Dezenas de pequenos sitiantes tiveram que vender sua propriedade pela metade do valor, para saldar seus compromissos na agência bancária financiadora.

O fato ocorrido no meu município é o que acontece em todos os municípios do Paraná, que é um Estado essencialmente agrícola. É a nossa grande preocupação neste momento, em que preparamos para, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, verificar os fatos como na realidade são. É a preocupação sobre o extorsivo rendimento de capital que os agentes financiadores arrancam principalmente do pequeno trabalhador paranaense.

O êxodo rural, o abandono da terra, a corrida do homem do campo para a cidade é, hoje, o badalar de um sino para que as autoridades públicas escutem e analisem. É necessário que os responsáveis pelo Paraná e pela Nação brasileira providenciem um meio, um recurso no sentido de fazer com que o homem do campo permaneça em sua terra produzindo porque, caso contrário, dentro de pouco tempo não estará passando fome e necessidade somente o lavrador, estará passando fome e necessidade o homem da cidade. É no campo que se constrói a economia que representa a alimentação de um povo e um povo somente pode produzir estando bem alimentado.

Este é um problema de alta percepção, é um problema de ataque imediato, é um problema que exige resolução no tempo mais curto possível porque senão será tarde demais.

Se dissermos que o Governo do Estado, que o Governo Federal têm condições de determinar ao Banco do Estado, ao Banco do Brasil, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ao próprio Banco Nacional de Habitação, para que dêem anistia de juros e capital pelo menos, pelo espaço de três anos ao lavrador paranaense e ao lavrador brasileiro talvez estivéssemos cometendo uma aberração na sistemática de pensamento na legislação para este País. Se o povo trabalhador desta Nação brasileira, principalmente do Paraná, se este povo que está abandonando a terra e se acotovelando nas cidades aumentando o problema social que cresce dia a dia, soubesse que o Governo iria desburocratizar os empréstimos para melhorar a situação financeira do trabalhador do campo, se soubesse que o Governo tomou uma medida no sentido de isentar o homem do campo do pagamento

de juros, que ele teria que pagar, que tenho certeza que ele voltaria para a sua terra.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Permita-me discordar de V. Exa. em alguns pontos. Acho que as razões destes efeitos que V. Exa. está se referindo são um tanto mais profundas, talvez assim mais distantes de uma possível solução de nossa parte.

Se V. Exa. analisar com profundidade vai verificar que a própria taxa de juros para os empréstimos de financiamentos rurais é bastante inferior à própria taxa de inflação. O imposto a que V. Exa. se referiu, qual seja o imposto sobre ações financeiras, se não me falha a memória é de meio por cento, e é um imposto federal.

Acho, Sr. Deputado, que o pecado, o defeito da coisa é mais de origem da estrutura econômica em que vivemos, da estrutura capitalista, da estrutura em que, realmente, o pequeno, o que não tem recursos necessários passa a depender daquele que tem soma maior de capital.

Portanto, não acho, permita que discorde, que o problema estaria nas referidas taxas que V. Exa. fez menção. Eu também tenho propriedade rural e a taxa rural cobrada é de 6 ou 8 por cento, portanto, são aquém, muito aquém da taxa de inflação. É somente a título de colaboração.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. tem razão, principalmente considerando que o que se cobra de juro de capital do trabalhador rural relativamente às unidades financeiras, principalmente o Banco do Estado, corresponde inferiormente à taxa de inflação.

Há poucos instantes denunciava daqui desta tribuna o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que o soja no exterior está sendo vendido a 82 cruzeiros, um preço realmente dos mais baixos, sem nenhuma obediência à taxa inflacionária de produtos, sofrendo a problemática do mercado frouxo da safra. E veja bem, Sr. Deputado, obrigado a vender pelo preço que lhe é ofertado, exatamente porque têm que saldar os seus compromissos com os agentes financiadores afim de que se lhe garanta a possibilidade de um novo financiamento para voltar a uma nova tentativa de de lançamento de semente à terra, de novas colheitas para ver se alcança algum resultado.

Falemos em taxas inflacionárias que inclusive enriqueceram, em determinado tempo neste decênio, pessoas que tiveram a coragem de fazer aplicações.

Foram tão absurdas estas taxas inflacionárias, que deu um crescimento assustador e violento, magistralíssimo, a todos os grupos de capitais, que, se uniram e deixaram de trabalhar com qualquer outra atividade seão o financeiro.

Consequência de tudo isto está aí — um país pobre, um governo rico que naturalmente têm condições exuberantes para empréstimos no exterior, com um povo que está cada vez mais pobre, carente de proteção para o trabalho porque a proteção para o trabalho tem sido, acima de tudo, uma farsa.

Crescem os organismos de capitais, empobrece-se o povo a cada dia que passa.

É muito perigoso, Srs. Deputados...

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Lúcio Machado, V. Exa. tocou num problema que realmente é um problema paranaense, mas na verdade este problema e eu concordo com o ilustre Deputado Lúcio Machado, tem uma profundidade que precisa ser pesquisada. Realmente o capitalismo desenfreado nos últimos anos neste País, está fazendo com que o homem do interior se sinta cada vez mais empobrecido. Realmente se incentiva a agricultura, mas, no sentido meramente econômico. Nós vemos hoje o bóia fria dominando o nosso Estado, e, antes da geada. Ontem ainda eu era informado pela Federação de Agricultura do Estado do

Paraná, sobre o propalado pronunciamento do Ministro da Agricultura — que, teria dito que o Paraná não se presta para o café, devido às geadas. E fui informado naquela repartição, que, 30 por cento das propriedades que produzem café neste Estado, são de área inferior a 5 alqueires, ou, 12 ou 15 hectares, e que outras 65 por cento de propriedades possuem menos do que 30 alqueires de terras. Poucas são as grandes propriedades e agora este problema que V. Exa. levantou nesta oportunidade, em Resolução que deve sair hoje do Conselho Monetário Nacional, e que tememos, talvez leve este Estado a um verdadeiro caos econômico, pois na disputa para atrair indústrias do Estado de São Paulo e Minas Gerais, parece que houve uma composição fazendo com que os paulistas resolveram apoiar os mineiros, para lá se plantar café em detrimento do nosso Estado. Vejo, Sr. Presidente, Sr. Deputado, que hoje parece ser o momento decisivo da economia paranaense, que está sendo discutido isso nos novos escalões da República. Vejo, Sr. Deputado, que medidas deste porte levarão, indiscutivelmente, o Paraná, a um empobrecimento total, nos deixando, talvez, como ficou o Vale do Paraíba, na área da região do Café. O momento é decisivo, porque, infelizmente, o capitalismo a que se referiu o ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, estão fazendo com que se veja apenas a produção, não o homem. Não se está levando em conta que há crise de uma produtividade maior, atrás de uma produção maior fica sempre um bóia fria este que é, antes de mais nada, um brasileiro.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa.

O Exmo. Sr. Ministro da Agricultura fez recentemente na cidade de Londrina e para nossa decepção e observação da falta deste assessoramento efetivo aos Exmos. responsáveis pela pasta da Agricultura deste País, nós ouvimos de sua boca que podemos qualificar de brasileiros, ao ser perguntado a S. Exa. qual a fórmula que deveria adotar para resolver a solução do problema do homem que madrugada a dentro, levando sua marmita de bóia fria para o trabalho de todos os dias, este homem sem qualquer legislação de segurança trabalhista, afastado de qualquer proteção de organismo previdenciário, respondeu S. Exa. perante as câmaras de Televisão, através da rede de rádio que transmitia a sua palavra, na esperança da resolução deste problema aflitivo, que seria o fato de determinar de cada proprietário que fossem levar a sua terra e manter o trabalho na sua comunidade territorial, de agricultura, mantivesse ali, um tipo de restaurante improvisado para dar alimentação aos bóias-frias.

O que nós vemos na atual instituição, responsável pela administração, direção e condição deste País, é exatamente aquilo que V. Exa. afirmou, é o esquecimento da autoridade, que o homem existe.

O homem que tem que estar acima do Estado porque se o Estado existe, é porque primeiro existiu o homem. O homem tem que ser visto como ser humano, ser dignificado como ser humano, ser tratado como ser humano. E nós sabemos perfeitamente que o plantador de feijão neste última colheita, principalmente, na minha região, que ainda é grande produtora deste cereal, vendeu na época da safra, correndo, como já dissemos anteriormente, bem de pressa, para poder pagar suas dívidas aos grupos financeiros, este cereal entre 86 cruzeiros por saca de 60 quilos.

Agora na entre-safra, quando o produto está nas mãos dos atravessadores, quando os financiadores já receberam o financiamento, e o lavrador e o produtor continua cada vez mais pobre, este mesmo feijão, este mesmo produto agrícola extraído do sacrifício e do trabalho da constante dos dias custa 400 cruzeiros cada saca. E é impressionante saber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a maioria dos lavradores da minha região não tem condições econômicas, nem mesmo para comprar as sementes deste cereal para voltar ao campo e tentar mais uma vez a sorte. É falta de planejamento.

Aprendi, desde cedo, que governo é o homem responsável

pelo bem estar comum, e sem planejamento não há governo. sem debate, não há luz para solução dos problemas, principalmente quando esses problemas são de ordem nacional. E nós sabemos que isto tudo tem acontecido porque o Poder Legislativo perdeu a sua virilidade, ficou castrado na sua condição de poder de decisão. Somente o Executivo e somente ele, ficou como cabeça pensante. Basta bajular o Executivo para transformar-se, em seu alto funcionário, em ser qualificado como seu assessor. Mas assessor que não assessora, porque assessor — que está livre crítica do poder representativo do povo, assessor que não recebe a influência dos homens que vêm representados nas Assembléias Legislativas, na Câmara Federal e no Congresso Nacional. Nós sabemos que estamos completamente afastados desta estrutura.

Se nós não possuímos a técnica, possuímos o conhecimento, porque vivemos cada um numa região, e conhecemos de cada região os seus problemas.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é uma das partes principais de nossa solicitação da primeira CPI—Comissão Parlamentar de Inquérito, que haverá de tramitar por esta Casa, que haverá de concluir através de suas facetas de trabalho, que haverá de com esta conclusão retratar ao Sr. Governador do Estado, retratar ao Exmo. Presidente da República deste País, a triste situação em que vive o Paraná.

Dizer que o Paraná não tem lugar para plantar café, é falta de conhecer a própria história do Paraná, que deu a maior riqueza econômica a este País, exportando café ao exterior.

O que aconteceu nesta corrida desenfreada do capitalismo, foi o que está se refletindo agora. Arrancaram a lavoura plantada e produzindo, devido à necessidade de assim proceder para alcançar as benesses do financiamento. Destruíram a lavoura deste Estado e quando o lavrador acordou e viu que deveria reconstruir este patrimônio de grandiosidade, recebeu a violência, recebeu o castigo pelo pecado proibido. Veio a maior geada de toda a história, de cinquenta anos para cá.

É preciso que o governo acorde enquanto é tempo, porque o Paraná não resiste mais, porque o povo brasileiro não tem mais resistência e o lavrador não acredita mais na terra. Estando saindo das lavouras, se acotovelando nas cidades, indo para lugares onde não se fale da necessidade de enfrentar as filas de benefícios, principalmente os Bancos estatais, que concorreram para o empobrecimento de nosso povo nestes dez anos. Daqui desta tribuna denunciei o Banco Nacional de Habitação como a maior arapuca oficial armada no País. Provei e não fui contestado por quem de direito e por quem não de direito. Provei a S. Exa. e ao Paraná que um mutuário que comprou uma casa popular há sete anos por 30 cruzeiros, pagou durante sete anos, ou seja, 84 meses e hoje deve desta casa 54 mil cruzeiros ao Banco Nacional de Habitação.

Este Banco é um Banco de segunda linha e um dos estabelecimentos de capital magistral na estrutura de capitais deste País, que financia no exterior com juros mais baratos.

E fez seu capital com a miséria do trabalhador brasileiro, fez com as 5 mil carteiras do Fundo de Garantia de tempo de serviço. O Banco cresceu, o País está rico e o povo está pobre. É preciso que providências sejam tomadas antes que o povo empobreça mais ainda.

É porisso que estou anunciando nosso requerimento que será submetido à primeira reunião de nosso Partido, onde receberá os subsídios necessários. E essa Comissão Parlamentar de Inquérito haverá de reunir homens capazes de dar provimento aos trabalhos por ela idealizados. Vamos pedir que esta Comissão seja composta de homens de diversas atividades, para se desdobrarem nas demais Comissões subsidiárias que haverão de trazer o resultado de cada trabalho para a Comissão central que será a Comissão Parlamentar de Inquérito até os resultados finais e que sejam nela integrados médicos, sociológicos, agrônomos, economistas e advogados.

Temos certeza de uma coisa; iremos receber o apoio

de nossa bancada, da bancada do MDB do Paraná; haveremos de receber também o apoio de nossos pares do Partido do Governo. Porque, o problema é do povo. E quando se trata de problemas do povo, envolve responsabilidades de seus representantes. E os Deputados de nosso Partido, assim como os do Partido do Governo, têm a mesma responsabilidade: advogar a causa do povo, principalmente deste povo humilde que garante a segurança do País, mas que está esquecido e abandonado, e que é o pequeno lavrador do Paraná.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

1 ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/75, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação ao item "B" do número "1", do § 2º, do artigo 3º da Resolução n.º 37/75. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/74, de autoria do Dep. Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a estrada que liga o município de Palmeira a Ponta Grossa. **Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.O.P.T.C. e favorável da C.F. — Aprovado artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 159/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando realização de pesquisa sobre modelos de atendimento ao Grupo Materno Infantil a ser realizado em Curitiba. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 159/74

1.— O Governador do Estado, com a Mensagem n.º 40/74, datada de **15 de julho de 1974**, encaminhou a esta Assembléia Legislativa, para os fins Constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em **17 de janeiro de 1974**, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando a realização de pesquisa operacional sobre modelo de atendimento ao Grupo materno-infantil a ser realizado em Curitiba.

2.— Causa-nos estranheza que uma proposição referente a convênio como o da espécie, celebrado ad-referendum da Assembléia demore tempo em sua tramitação sem qualquer apreciação.

3.— Quanto ao seu aspecto legal e formal, a Proposição preenche todos os requisitos legais e Constitucionais (Art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual), pelo que o nosso parecer é pela aprovação do convênio, nos termos do Projeto de Resolução seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50/75

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e o Ministério da Saúde, objetivando a realização de pesquisa operacional sobre modelos de atendimento ao grupo materno-infantil a ser realizado em Curitiba.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DENI SCHWARTZ — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 67/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município

de Nova Aliança do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, aplicando Dotações e Verbas que especifica. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51/75

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) WALDENICIO BARBALHO — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 67/75

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 20/75, de 17 de abril de 1975, é encaminhado à apreciação da Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido Município.

Cumpro o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso, o nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, 18 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) WALDENICIO BARBALHO — Relator.

1ª — DISCUSSÃO do Projeto de Lei n.º 56/75, de autoria do Dep. Antonio Facci, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância da cidade de Maringá. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 56/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DA CIDADE DE MARINGÁ.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVAS:

A documentação em anexo comprova plenamente que a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância, da cidade de Maringá, preenche os requisitos legais necessários à sua declaração de utilidade pública, tanto que: possui personalidade jurídica, está em afetivo funcionamento prestando, desinteressadamente, serviços à coletividade, desde a sua função em 08 de dezembro de 1954. Acresce ainda, ressaltar, que os cargos de sua Diretoria são exercidos gratuitamente; e que a Associação não distribui dividendos ou gratificações entre seus Associados.

O Relatório Anual, referente ao exercício de 1974, (em anexo), nos dá conta do grande serviço que essa entidade vem prestando à coletividade Maringaense, quando, entre outros, distribuiu 19.739 Unidades de Medicamentos, atendeu o total de 1.235 doenças transmissíveis, orientou 4.885 senhoras, aplicou mais de 700 vacinas no Posto da Associação e internou perto de 500 crianças.

Essas são as razões que nos levou a oferecer à elevada consideração de nossos nobres pares o presente Plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 56/75

1.— O presente plano de Lei preenche os requisitos exigidos pela Legislação Federal para a sua declaração de utilidade pública (Decr. 50.517, de 2 de maio de 1961), estando em plena atividade e prestando relevantes serviços à coletividade de maneira desinteressada e sem qualquer intuito de lucro. Os diretores da entidade, assim como os associados, não recebem qualquer remuneração ou vantagem financeiras decorrentes das suas atividades.

2.— Nessas condições o nosso parecer é pela aprovação do projeto, uma vez que o mesmo não fere qualquer disposição legal ou constitucional.

Sala das Comissões, 4 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Castorina Cândida da Costa Lima, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 68/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 120/74. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, solicitaria à Mesa, que ao colocar em votação requerimento pedindo regime de urgência, lesse o teor do referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece que o teor do requerimento já foi lido pelo Sr. 1º Secretário, na Hora do Expediente, mas vai determinar ao Sr. Secretário que proceda novamente a leitura do requerimento e do projeto ao qual se refere.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda a leitura do requerimento referido.

(É lido o requerimento).

Encerrada a discussão - Em votação. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando sejam juntados no requerimento apresentado em data de ontem, que solicita voto de pesar pelo falecimento do Professor Júlio Estrella Moreira e registrados nos Anais da Casa os artigos e crônicas abaixo arrolados, a fim de serem transcritos nos Anais desta Casa, as fotocópias de diversos artigos. APROVADO. (A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, pleiteando a ligação Bairro Alto — São Sebastião, na BR-116, no município de Antonina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao

Sr. Secretário da Indústria e Comércio, no sentido de dar maior publicidade e incentivo ao turismo, às Grutas de Campinhos e à Ilha das Cobras, no município de Bocaiuva e na Baía de Paranguá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no Plano de Estradas Vicinais do Estado, a ligação entre Toledo e Céu Azul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo através do Sr. Governador do Estado, ao Sr. Diretor da COPEL, no sentido de ser instalada a rede de energia elétrica na localidade de Rosário, município de Grandes Rios. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo publicado pelo jornal "O Estado do Paraná", sob o título "Outro Porto". — APROVADO. (O artigo a ser publicado, acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná SA., visando a instalação de uma agência do referido estabelecimento na sede do município de Cruz Machado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário das Finanças, pedido de informações, referente ao crédito da FUNDEPAR, na conta "Fundo Estadual de Ensino. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja enviado pedido de informações ao Sr. Secretário do Interior, sobre verbas, obras e serviços da SANEPAR. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de como medida da mais lata justiça, deixe sem efeito a Portaria nº 217/75, da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, que designou o funcionário do Posto de Saúde da localidade de Ribeirão do Pinhal, para prestar serviços no posto da cidade e município de Quatiguá. — APROVADO.

Expediente firmado pelos Srs. Deputados Dácio Leonel e Trajano Bastos, no exercício das lideranças da ARENA e MDB, respectivamente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Ezequias Losso, Accioly Neto e Fidelcino Tolentino, para comporem a Comissão Especial, em atenção ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, aprovado por esta Casa, em sessão do dia 30 de junho do corrente ano, que solicitou a constituição da referida Comissão Especial destinada a elaborar sugestões aos Projetos de Lei, ora em tramitação na Câmara dos Deputados que tratam do Código Civil, Código Penal de Processo Penal e Lei das Contravenções Penais. —

Ao Departamento Legislativo. —

À Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a retirada da pauta, o requerimento apresentado em 5 do corrente, o qual solicita seja oficiado ao Coordenador do INPS do Paraná, solicitando providências para a construção da sede própria da agência do Instituto em Cascavél. — DEFERIDO.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que estará aqui na Assembléia, amanhã, as 9,30 da manhã, uma comitiva do Banco Central integrada pelo Diretor da Carteira de Crédito Rural Dr. José Ribamar Melo, os Srs. Adão Kalil, Pedro Malk, Ronaldo

Cunha, José Andrade Guedes, Leônidas Albuquerque, Antônio Leite Oliva e o Sr. Mário Seara, Delegado Regional para o Paraná. Serão recepcionados no Salão nobre.

A Mesa comunica que serão concedidos títulos de cidadãos honorários ao ministro Mozart V. Russomano e ao Cel. Washington Bermudes, dia 19 às 15 horas. Falarão os Srs. Deputados Ezequias Losso e Rosário Pitelli.

Concedo a palavra para explicação pessoal ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta oportunidade para rememorar aqui uma data que é pouco lembrada no Brasil. Entretanto, é uma data que deve ser lembrada, não por comemorativa e sim por ser fatídica. Nesta data foi, pela primeira vez, lançada a Bomba Atômica que, em trinta segundos, acabou com quase toda uma população. Hiroshima não quer se lembrar desse dia, que é o dia 6 de agosto, completando hoje 30 anos que caiu a primeira bomba atômica no Japão, seguido depois, de Nagasaki.

Sr. Presidente, gostaríamos de usar da palavra nesta oportunidade, relatando aqui alguns fatos: (Lê):

Akihiro Takahashi usa uma camisa de mangas compridas o ano inteiro e mantém o colarinho abotoado, com uma gravata, mesmo no verão, para esconder as marcas que cobrem um terço do seu corpo. Akihiro não bebe nem fuma mas ainda recaídas sofre, ocasionais de hepatite. Aos 43 anos, Akihiro, funcionário público, há muito tempo desistiu de ter um filho, devido a uma falha no sistema genético. Akihiro é vítima do que, no Japão, é chamado "pikadon" (pika corresponde a clarão e don a explosão), a explosão causada pela bomba atômica que caiu em Hiroshima em 06 de agosto de 1945. Foi pouco depois das 8 hrs. da manhã, numa das horas de maior movimento que o bombardeiro B-29 "Enola Gay" lançou a primeira bomba atômica utilizada na guerra, sobre esta cidade situada a 890 km a sudoeste de Tóquio. Nesse dia, há 30 anos, Hiroshima era uma cidade de 420 mil habitantes. Isso porque a população havia sido incrementada em 90 mil pessoas, em sua maioria amigos e parentes que ajudavam seus moradores a se dirigirem para as áreas rurais nos últimos dias da segunda guerra mundial.

A bomba de 4,5 toneladas, conhecida como "little Boy", entre o pessoal da Força Aérea Norte-Americana, desencadeou energia equivalente a 20 mil toneladas de TNT.

No momento da explosão, formou-se uma bola de fogo de uns 100 metros de diâmetro, e a poderosa detonação que a acompanhou, reduziu Hiroshima a cinzas. Casas de madeira situadas num raio de mais de 1 km e meio, foram totalmente destruídas e as janelas situadas a 16 km de distância foram quebradas. Uma estimativa oficial norte-americana divulgada em novembro de 1945, indicou que a "Little Boy" matara 78.150 pessoas. A prefeitura da cidade, hoje em dia, conta com mais de 200 mil nomes de mortos incluindo os sobreviventes iniciais que morreram em consequência das doenças do átomo.

Os sobreviventes da "shino-ame" (chuva da morte) e da "shino-ahé" (poeira da morte), pareciam zumbis. Com as roupas arrancadas, os cabelos chamuscados e quase totalmente caídos, andavam com os braços estendidos em meio a devastação. Não podiam manter os braços baixados devido a uma dor aguda provocada pelas queimaduras dos raios emitidos pela bomba.

O governo da cidade, afirma que há cerca de 110 mil pessoas oficialmente registradas como sobreviventes, com idades que vão dos 30 a mais de 90 anos. O hospital da bomba atômica administrado pela Cruz Vermelha Japonesa, conta com 170 leitos, e no momento 134 estão ocupados. Em média de 59 mortes anuais, de doenças que os médicos acreditam terem sido provocadas pelo artefato nuclear.

O Dr. Thomas L. Robertson, de São Francisco, Califórnia, que trabalha no instituto anteriormente conhecido como Comissão dos Feridos da Bomba Atômica, afirmou que "a

incidência de leucemia tenha diminuído consideravelmente desde a década de 50, o excesso de outras doenças é significante".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento em que se comemora os 30 anos do lançamento da primeira bomba atômica no Japão, gostaríamos nós, desta tribuna, de fazer um apelo a todas as nações que possuem a bomba atômica - para que suas divergências e seus problemas sejam resolvidos através das vias diplomáticas, jamais com bombas desta natureza, que dizimam a raça humana.

Eram estas as nossas palavras. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 49/75, e de Lei nº 121/74.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 50/75, 51/75 e de Lei nº 56/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 51/74, 16/75 e 70/75,

marcando uma sessão extraordinária para amanhã, dia 7, quinta-feira, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 79/75.

Fica marcada ainda outra sessão ordinária para sexta-feira, dia 8, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 204/69, e 41/74, e também uma sessão extraordinária para sexta-feira, dia 8, às 9:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 81/75.

Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA
A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADALBERTO
DAROS, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 6 DE AGOSTO,
DE 1975.**

"OUTRO PORTO"

Diante do congestionamento que se verifica no porto de Paranaguá, em cujas imediações chegam a se formar filas de milhares de caminhões, aguardando vez para descarregar, duas perguntas podem ser formuladas.

Em primeiro lugar, a opinião pública indaga se o porto de Paranaguá é pequeno demais para dar vazão aos nossos produtos exportáveis. Em segundo lugar, se ele está mal equipado.

Na verdade o nosso porto nem é pequeno nem está mal equipado. É, pelo contrário, um dos terminais marítimos que, no Brasil, está mais atualizado em matéria de equipamentos que garantem apreciável eficiência operacional no embarque e desembarque de cargas. No que concerne ao cais e às demais dependências portuárias, também não pode ser menosprezado.

Se o porto de Paranaguá tem dimensões adequadas e está modernamente equipado, alguma razão existe para explicar o congestionamento e é necessário descobri-la. Mas não é preciso fazer muito esforço nessa busca. Trata-se de uma quase evidência: Paranaguá é um bom porto e está bem equipado mas é o único. Daí surge o problema.

Caso houvesse uma infraestrutura de armazenamento nas regiões produtoras, o congestionamento seria menor nas épocas das safras. Em vez de ser colhido e ir direto para o porto, o produto poderia ser guardado em armazéns na própria região produtora. A movimentação da safra poderia obedecer, assim, a uma espécie de cronograma de tranquilo escoamento.

Nem com a construção desses armazéns, que não existem em número suficiente nas regiões produtoras, entretanto, seria o problema inteiramente resolvido. Pois a verdade é que o escoamento das safras se rege também pelas flutuações do mercado internacional. Quando as cotações de preços são favoráveis, ninguém quer deixar o produto guardado num armazém. Todos querem vender. E, querendo exportar ao mesmo tempo, geram o congestionamento.

E praticamente impossível portanto, escalonar as exportações de acordo com um cronograma que harmonize o ritmo dos embarques, pois esse ritmo depende da conjuntura externa, onde nem sempre existem acordos regulamentadores que permitam instituir uma rotina de exportações.

Constatado esse fato, qual seria a solução para evitar o congestionamento observável em Paranaguá nesta e em outras épocas do ano? Evidentemente que é utilizar um outro porto em paralelo, já que Paranaguá nem é pequeno nem está mal equipado. Esse outro porto, obviamente, só pode ser o de Antonina.

Em condições diferentes, se Paranaguá não fosse um porto eminentemente exportador, e exportador de produtos agrícolas um só porto poderia ser suficiente para o Paraná. Como em certas épocas do ano o congestionamento se exacerba, entretanto, a maneira de resolver o problema e contar com uma opção alternativa. E essa opção chama-se Antonina.

O porto capelista, infelizmente, está tão deteriorado, tão entregue ao abandono, que é difícil imaginar como poderia voltar a ser utilizado como apoio ao escoamento marítimo de nossas safras. Para preencher essa função, o porto de Antonina teria que ser praticamente feito de novo, equipado de maneira análoga ao de Paranaguá, embora em escala menor, um novo canal de acesso seria dragado e por aí afora.

Ora, nada disso parece estar nas previsões da política portuária nacional. Mas, se está, incumbe aos homens públicos do Paraná alertar as autoridades federais sobre a problemática existente. Somos nós que sentimos de perto o drama de ter um só porto nas épocas da safra, somos nós que arcamos com os prejuízos pois é a economia paranaense que se ressentir com esta situação. Somos nós, portanto, que devemos mostrar e provar que houve uma omissão no planejamento do sistema portuário e que o Paraná não pode ficar com um só porto, ainda que seja um superporto. É hora de colocar as cartas na mesa e explicar por que nós necessitamos de um outro Porto em Antonina.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 578/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de agosto de 1975.

PARA O NÍVEL PL "20"

HILDA MATHIES BLANC	Por antiguidade
LUIZ AUGUSTO CANTADOR	Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "19"

CLARICE FRÓIS DE MIRANDA	Por antiguidade
MARIA MOREIRA MACENO	Por antiguidade
ANGELINA GARCIA PACHECO	Por merecimento

SILVIA PEIXOTO GRANADO	Por merecimento
MARIA ALEXANDRINA M. PONCIO	Por antiguidade

Palácio Dezenove de Dezembro em 05 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 580/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de agosto de 1975:

PARA O NÍVEL PL "17"

ERNESTO GOMES CORDEIRO	Por merecimento
MARCIONILIO SANCHO CAMBUHI	Por antiguidade
DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO	Por merecimento

Palácio Dezenove de Dezembro, em 5 de agosto de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 581/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de agosto de 1975:

PARA O NÍVEL PL "23"

BELMIRO MARTIN	Por antiguidade
----------------	-----------------

PARA O NÍVEL PL "22"

NELITA RIBEIRO DOS SANTOS	Por merecimento
---------------------------	-----------------

PARA O NÍVEL PL "21"

ANTONIO DOS SANTOS RIBAS	Por merecimento
JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAESKI	Por antiguidade

PARA O NÍVEL PL "20"

JOSÉ AFONSO COELHO	Por antiguidade
MANOEL AGUIAR FILHO	Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "19"

LUIZ FRANCISCO FONTOURA	Por merecimento
VALDECIR NASSAR	Por antiguidade
RUI FRANCISCO GABARDO	Por merecimento

Palácio Dezenove de Dezembro, em 5 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 582/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

conceder acesso inicial da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de agosto de 1975, aos funcionários abaixo relacionados:

PARA O NÍVEL PL "18"

JOSINA PEREIRA	Por merecimento
JAHIR DALAGASSA	Por antiguidade
SEBASTIÃO DE CRISTO	Por merecimento
ROQUE DE CRISTO	Por antiguidade
ORLANDO SABOTTO	Por merecimento
JONAS DE SOUZA PORTO	Por antiguidade

Palácio Dezenove de Dezembro, em 5 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 583/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de agosto de 1975:

PARA O NÍVEL PL "17"

MADONA SEDILHA DOS SANTOS LOYOLA	Por merecimento
MARIA DOLORES TULIO BARVIK	Por antiguidade

Palácio Dezenove de Dezembro, em 5 de agosto de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 584/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, a partir de 01 de agosto de 1975:

PARA O NÍVEL PL "21"

LINDAMIR DOS SANTOS	Por antiguidade
---------------------	-----------------

PARA O NÍVEL PL "20"

ODAIR COSMOS	Por merecimento
--------------	-----------------

PARA O NÍVEL PL "19"

MARIO AUGUSTO GUERRA	Por antiguidade
FRANCISCO TABORDA RIBEIRO	Por merecimento
ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS	Por antiguidade

Palácio Dezenove de Dezembro, em 05 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 585/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de agosto de 1975:

PARA O NÍVEL PL "17"

ROSALINA PEREIRA SANTIN	Por merecimento
MARLENE LEONARDO	Por merecimento
MARIA ARANTES DE LIMA	Por antiguidade

MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES	Por antiguidade
JOAQUINA LORENÇO JOSE	Por merecimento

PARA O NÍVEL PL "16"

HILDA DOS SANTOS LOPES	Por antiguidade
JACIRA MACHADO BINI	Por antiguidade
MARLENE PERRY GONÇALVES	Por antiguidade

Palácio Dezenove de Dezembro, em 5 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 586/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

conceder acesso na inicial da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de agosto de 1975, aos funcionários abaixo relacionados:

PARA O NÍVEL PL "18"

IVETE HENEQUEM DRANKA	Por antiguidade
JOANA MACIEL FARIAS	Por antiguidade
JOÃO CRUZ	Por merecimento
JOSÉ CARLOS JANJÃO	Por antiguidade
MARIA DO ROCIO BRITO WITOSLAWSKI	Por merecimento

Palácio Dezenove de Dezembro em 05 de agosto de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
a) MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 589/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7560/75, de 01 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar a funcionária JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ, ocupante do cargo de nível PL-16, da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete do Gabinete da Diretoria Geral percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 20 de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de agosto de 1975

- aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

PORTARIA Nº 421/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7488/75, de 30 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar HELIO ZANUNCINE, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de agosto de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 422/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7526/75, de 31 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar LIZETE BITTENCOURT, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado IVAN RUPPEL, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 432/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7535/75, de 31 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar a Portaria 150/75, a partir de 01 de agosto de 1975, que designa HELENA SILVEIRA, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado João Leopoldo Jacomel.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 434/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7406, de 28 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar a funcionária CASILDA TAMIOSO PINTO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Vice-Presidência, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral